AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 4 — Nº 2 FEVEREIRO DE 1980

BRASIL CORREIO
C$ 00130
GOMES FREIRE — DR-RIO
15. II. 80

BIBLIOTECA KARL BOEDECKER
ESCOLA ADMINISTRACAO EMPRESAS FGV
AV 9 DE JULHO 2029/10 ANDAR
SAO PAULO SP
B019

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO
DE ECONOMIA

PERIODICOS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Pecuária Bovina	Antonio Roberto Marques Gonçalves
Fatores de Produção; Infraestrutura; Sistema de Safras	Bruno Marcus Rangel Pessanha
Serviço de Dados Básicos; Mandioca; Cana de Açúcar	Francisco Antônio da Fonseca Menezez
Agroindústria; Algodão	Inês Tereza Lyra
Animais de Pequeno e Médio Portes; Feijão	Irene Raguenet Trocolli
Milho; Sorgo; Rações; Serviço de Cadastro	Ivan Wedekin
Oleaginosas; Cereais de Inverno; Metais	Leila Tendrih de Freitas Almeida
Editoração	Lúcia Maria Murat Vasconsellos
	Fernando Roberto de Freitas Almeida
Moeda e Crédito; Fumo; Arroz; Café	Régis Norberto da Cunha Alimandro
Cacau; Fruticultura; Horticultura	Rui Melo de Carvalho

QUADRO DE APOIO

Composição; Montagem; Arte Final	Emerson da Silva Martins
Mensageiro	José de Oliveira Melo Júnior
Secretária	Jorgina L. Lemos
Serviços de Documentação	Maria Eunice Rocha
Estagiários	Deborah de Almeida Lima
	Rogério Carneiro Campello
	Andréa Delmonte
	Iracema Bouza Pessôa
	Frederico A. N. B. Neto
	Márcia Mury Alves

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola

CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análise

As Conseqüências do Embargo 2

Comentários

Algodão. 6

Arroz 10

Feijão 13

Milho 16

Soja 20

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. 24

Preços no Mercado Interno 26

Preços Relativos . . . 28

BIBLIOTECA MARIO HENRIQUE SIMONSEN
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

NOTA DA EDIÇÃO

No ano passado, nesta mesma época, a Nota da Edição de "Agroanalysis" fazia menção às primeiras estimativas das perdas de safra decorrentes da estiagem que atingira o Sul do país. Avaliações posteriores mostraram que as quebras tinham sido bem maiores do que se pensava naquela altura, quando ainda não se previa a necessidade de recorrer a importações maciças de produtos cujo consumo é normalmente atendido pela oferta interna.

Este ano, felizmente, o mês de fevereiro oferece perspectivas bem melhores para a agricultura do país. O balanço das safras que é feito neste número de "Agroanalysis" indica que, à exceção do feijão das águas, as demais lavouras experimentarão um acréscimo significativo de produção.

Essa maior oferta de produtos agrícolas produzirá, certamente, efeitos positivos sobre os preços dos alimentos e sobre a balança comercial brasileira, reduzindo as pressões no abastecimento interno (milho, arroz e soja) e gerando maiores excedentes exportáveis (soja). É hora, contudo, de atentar para o fato de que a boa safra que se irá colher é fruto muito mais de condições climáticas favoráveis, como as que vigoraram até o momento, do que de uma eventual resposta fortemente positiva do produtor rural aos incentivos governamentais. Segundo estudo divulgado em dezembro último pela FIBGE, a área plantada de treze das principais culturas da região Centro-Sul(*) apresentou elevação de 3,23% em relação à estação anterior.

Vale notar que essa incorporação de novas terras à atividade agrícola seria incapaz, por si só, de promover o crescimento desejado da produção. Por isso mesmo, não é demais lembrar que, nos próximos anos, paralelamente aos incentivos governamentais para a expansão da área plantada, terá que ser feito um esforço para a elevação dos rendimentos por hectare.

É interessante notar, por outro lado, que o conjunto dos cultivos de arroz, feijão e milho registrou expansão da área plantada da ordem de 4,2%, superior à média obtida para as lavouras em geral. Resta esperar que esse fato represente o início de uma tendência durável de recuperação das culturas de abastecimento interno, o que só será possível se houver continuidade na política de estímulos a essas lavouras.

Portanto, mesmo positivos, os resultados da safra 1979/80 não dispensam o governo de um exame detalhado dos fatores que possibilitaram o aumento da produção e das condições que permitirão, a médio prazo, o crescimento estável do setor agrícola.

(*) As culturas consideradas foram: arroz, milho, algodão herbáceo, amendoim, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, soja e tomate.

AS CONSEQUÊNCIAS DO EMBARGO

Ao decretar o embargo às vendas de grãos à União Soviética, o governo americano, talvez inadvertidamente, pode ter dado início a um processo de transformações profundas no comércio internacional de produtos agrícolas e, conseqüentemente, na sua própria economia. As indicações nesse sentido não devem ser buscadas apenas no comportamento dos mercados de *"commodities"*, que reagiram à iniciativa americana com uma baixa generalizada das cotações mas, sobretudo, nas modificações que ocorreram nos fluxos comerciais no período de após-guerra.

Com efeito, até a 2ª. Guerra Mundial, as importações de produtos agrícolas dos EUA superavam suas exportações. Os distúrbios no comércio internacional provocados por aquele conflito inverteram, temporariamente, esta situação. Com a recuperação da agricultura européia, no entanto, a economia americana passou a defrontar-se com o problema dos excedentes agrícolas sem mercado e a administração Eisenhower teve de recorrer ao expediente do Programa de Alimentos para a Paz (PL 480) a fim de livrar-se de estoques indesejáveis.

Essa situação mudou radicalmente nas últimas duas décadas em função de três fatores:

1) os programas de ajuda a países subdesenvolvidos contribuíram fortemente para reduzir as reservas americanas de grãos;

2) o governo americano passou a controlar mais estreitamente a oferta de produtos agrícolas através dos incentivos para a limitação da área plantada;

3) a demanda por produtos agrícolas expandiu-se grandemente, em função de uma elevação substancial do nível de renda per capita das populações desenvolvidas. Essa elevação provocou um crescimento do consumo de proteínas de origem animal e, por conseguinte, da procura por grãos forrageiros e por produtos vegetais ricos em proteínas, para a alimentação dos rebanhos.

Em conseqüência, as exportações mundiais de trigo e farinha de trigo pularam de menos de 40 milhões de t, em 1960, para mais de 70 milhões de t, na safra 1978/79. No mesmo período, as exportações de grãos forrageiros multiplicaram-se por quatro e as de soja em grão, praticamente, por vinte. Boa parte dessa demanda adicional, sobretudo no que diz respeito aos grãos forrageiros, provêm da União Soviética. Tranquilizados pela política de *"détente"* os soviéticos abandonaram o hábito de encarar o seu rebanho como reserva de alimento e de aumentar o número de abates em caso de frustração de safras. Ao invés, passaram, quando necessário, a importar maior quantidade de grãos forrageiros para a alimentação dos rebanhos. Essa nova estratégia tem a vantagem de permitir, a médio prazo, uma expansão do número de animais compatível com o crescimento do consumo per capita de carnes tão desejado pelo cidadão soviético, além de livrar o rebanho do país dos riscos inerentes à produção agrícola na URSS.

O resultado desse rápido crescimento da demanda mundial é que, hoje em dia, a agricultura americana, a que se achava melhor preparada tecnologicamente para atender à nova demanda, depende profundamente do mercado externo para manter seu nível de renda. Estima-se que os percentuais da produção que se destinam a consumidores estrangeiros já alcançam 55% para à soja, 60% para o trigo, 50% para o algodão e 30% para o milho. Por isso mesmo, o governo dos EUA viu com bons olhos o acordo firmado, em 1975, com a URSS para a entrega anual, du-

rante cinco anos, de 8 milhões de t de grãos, como forma de estabilizar o mercado internacional e, por extensão, a renda do produtor americano.

O ano de 1980 parecia destinado a confirmar de forma definitiva a nova tendência de maior integração entre a agricultura americana e a economia soviética; pois, se por um lado, a URSS defronta-se com uma quebra de safra da ordem de 48 milhões de t de grãos, os EUA estão colhendo uma das maiores safras de sua história. Sendo assim, a decisão americana suscita dificuldades inesperadas para os dois governos. Mas, além disso, tendo em vista o volume de grãos que os EUA deixarão de vender à União Soviética (cerca de 17 milhões de t), a iniciativa do presidente Carter está destinada a afetar outros países e a deixar profundas marcas no comércio internacional de produtos agrícolas. Por isso mesmo, a questão merece ser examinada sob os seguintes aspectos:

1. os efeitos imediatos do embargo em termos de preços e fluxos comerciais e as chances de que ele seja bem sucedido;
2. as modificações duráveis que o embargo pode provocar no comércio internacional;
3. as conseqüências do embargo para o Brasil.

Para que o embargo produza plenamente os seus efeitos, será preciso que os EUA retirem de circulação, através da formação de estoques, uma quantidade próxima das 17 milhões de t cujo embarque para a URSS foi interditado. De outra forma, os soviéticos poderão adquirir no mercado, por intermédio de outros países, uma boa parcela dos grãos de que necessitam(*). É bem verdade que essa operação não seria fácil,pois provocaria uma sobrecarga no sistema de transportes e na infra-estrutura portuária de muitos países do bloco socialista. Nada impediria, contudo, que ela fosse empreendida na medida do possível, contribuindo, dessa forma, para reduzir substancialmente os problemas de suprimento da URSS.

(*) O Leste Europeu importará cerca de 17 milhões de t de grãos. Estima-se que entre 3 a 4 milhões de t poderiam ser desviadas para a URSS.

Tudo leva a crer, no entanto, que os EUA não pretendem retirar do mercado uma quantidade tão grande de grãos. Até aqui, foi anunciada apenas a compra pelo governo de 4 milhões de t de trigo, para a constituição de reservas. Mesmo assim, um porta-voz do Departamento de Agricultura revelou que boa parte desse estoque adicional seria destinado a programas de ajuda econômica a outros países. É quase inevitável, porém, que essas doações acabem por prejudicar algumas das transações comerciais previstas antes do embargo. Quanto ao milho, o governo não pretende adquirir de imediato o produto. Manifestou, contudo, a intenção de comprar, para revenda, a maioria dos contratos de exportação em poder de empresas privadas, comprometendo-se, ao mesmo tempo, a só passá-los adiante a preço superior aos US$2,4/*bushel* que vigoravam na data do embargo. Esse último compromisso parece indispensável para evitar um clima psicológico propício a uma queda excessiva das cotações.

Finalmente, com relação às vendas de soja e derivados, o montante embargado é tão insignificante em relação às exportações americanas (apenas 3% do total) e às vendas de outros fornecedores potenciais, que o governo dos EUA não parece cogitar de retirar do mercado grandes quantidades do produto.

Pode-se prever, portanto, que as chances de sucesso do embargo vão depender da disposição do governo americano de financiar a retenção de estoques e, principalmente, do grau de adesão de outros países à iniciativa dos EUA. A esse respeito, é interessante notar que a necessidade mais premente da URSS, neste inverno, é de grãos forrageiros para alimentar os seus rebanhos. O Quadro abaixo ajuda a avaliar a disponibilidade desses produtos no mercado internacional para a safra de 1979/80.

As projeções do governo americano mostram claramente que a Argentina (cuja colheita se inicia em março), é o país-chave para o êxito, mesmo parcial, do embargo americano. Sobretudo porque a colocação da safra argentina está apenas no início. Até aqui, no entanto, o governo argentino não mostrou grande entusiasmo pela idéia de aderir ao embargo. Essa cautela é explicável quando se leva em conta a evolução recente das

exportações de milho daquele país para a URSS, que passaram de 432 mil t, em 1977/78, para 1,771 milhão de t, em 1978/79.

O governo americano está certamente consciente das dificuldades que o embargo enfrentará nos próximos meses. Acredita, no entanto, que a URSS terá que se contentar com uma menor quantidade de grãos importados, adquirida a preços médios superiores aos da véspera do embargo. Nesse sentido, o estoque considerável de grãos em poder dos EUA servirá para regular a oferta internacional, de forma a manter os preços em níveis elevados. Para isso, os EUA parecem dispostos não só a controlar firmemente o ritmo das exportações mas, também, a aumentar os estímulos à retenção interna de grãos pelos agricultores.

Por outro lado, não se conhece a verdadeira magnitude dos estoques soviéticos de grãos. A perda imposta pelo embargo à URSS é da ordem de 13,5 milhões de t, resultado da diferença entre 21,5 milhões de t, que os soviéticos tencionavam comprar no mercado americano, e as 8 milhões de t liberadas para exportação pelo presidente Carter. Até que ponto esta lacuna pode ser preenchida pelas reservas estratégicas é matéria para especulação.

É evidente, no entanto, que a URSS pode recorrer a uma série de expedientes para reduzir, de imediato, a sua dependência com relação às 17 milhões de t de grãos que são objeto de embargo. Seria possível, durante um certo tempo, utilizar misturas de baixo valor nutritivo para alimentar o rebanho bovino (com palha e outros restos de culturas por exemplo). Haveria, ainda, a saída de procurar, no mercado internacional, produtos de grande conteúdo energético (raspa de mandioca e melaço, por exemplo) para servir de complemento no arraçoamento de animais, sobretudo durante o inverno. Caso fosse necessário, finalmente, os soviéticos poderiam optar por aumentar os abates de animais de ciclo curto, como aves e suínos, cujo rebanho pode ser recomposto mais rapidamente, a fim de liberar grãos

COMÉRCIO MUNDIAL – Projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos Relativas à Demanda e à Oferta de Grãos Forrageiros(*) na Safra 1979/80

Exportações		(em milhões de t)
Países Exportadores Líquidos	Antes do Embargo (13.12.79)	Depois do Embargo (17.01.80) (**)
Canadá	4,3	4,6 (24%)
Austrália	3,5	3,5 (55%)
Argentina	9,8	9,8 (58%)
África do Sul	2,7	2,5 (23%)
Tailândia	2,3	2,3 (66%)
EUA	71,2	66,6 (31%)
Importações		**(em milhões de t)**
Europa Ocidental	24,6	24,2
Japão	18,5	18,5
URSS	21,5	14,9
Europa Oriental	10,8	10,8
República Popular da China	2,5	2,5
Outros Países	23,8	26,3

(*) Inclui milho, cevada, centeio, sorgo e arroz. Não inclui derivados.
(**) % em relação à produção prevista.

forrageiros para a alimentação do gado.

No entanto, mais importante do que os efeitos de curto prazo, são as conseqüências duráveis do embargo para o comércio internacional de produtos agrícolas. É difícil acreditar que a União Soviética volte à velha política de utilizar seus rebanhos como reserva de alimento, para suprir as deficiências de safra. Não parece provável, tampouco, que ela consiga se libertar do azar que pesa sobre sua produção agrícola. Dessa forma, o que pode ocorrer é uma composição entre um esforço na direção da autosuficiência e uma tentativa de diversificar as fontes de suprimento. Nesse caso, o Brasil poderia despontar como um fornecedor em potencial, tendo em vista a sua disponibilidade de terras e o interesse do país em expandir as exportações.

Por outro lado, se a URSS não tiver outra alternativa senão aumentar a taxa de abate de seus rebanhos suinícola e avícola, como forma de enfrentar o embargo, o Brasil poderá beneficiar-se, num futuro relativamente próximo, de uma maior demanda soviética por carnes de frango e de porco.

De imediato, no entanto, o embargo pode trazer poucos benefícios para o Brasil. Poderíamos suprir a União Soviética com as 740 mil t de grãos de soja, 30 mil t de óleo e 400 mil t de farelo que não serão fornecidas pelos EUA. Isso representaria, contudo, um valor de apenas US$ 268 milhões. É interessante observar, a respeito, que as vendas de soja do Brasil para a URSS já foram bem mais significativas do que são hoje. Em 1976, as exportações de grãos para aquele país, alcançaram 1,161 milhão de t, embora no ano passado tenham ficado em apenas 67,5 mil t. Sendo assim, o Brasil poderia recuperar o nível de venda de 1976 e alegar que estava retornando à prática habitual de comércio com a URSS, em função de uma safra normal. É possível, também, que aumente a demanda dos soviéticos com relação à raspa de mandioca e ao melaço. Finalmente, se a safra brasileira de milho se aproximar efetivamente das 20 milhões de t, o Brasil teria a alternativa de repor seus estoques ou exportar 1 milhão de t. Vale notar, a esse propósito, que a necessidade mais premente da URSS se fará sentir por volta de agosto/setembro, véspera da nova safra, quando os estoques e a produção da safra 1979/80 já estiverem praticamente esgotados. A URSS tentará, no entanto, daqui até lá, adquirir no mercado as quantidades necessárias para evitar uma situação de crise. O sucesso do embargo dependerá da capacidade dos EUA controlarem o mercado de grãos até aquela data. A menos, é claro, que cesse a causa que deu origem ao embargo, ou seja, a ocupação militar do Afeganistão.

A manutenção do embargo por um período tão longo colocaria sérios problemas para os EUA. Só a compra pelo governo americano dos contratos de exportação para a URSS implicará uma despesa adicional de US$ 2,5 bilhões. Acrescentando-se a isto a perda estimada em decorrência da queda de preços registrada na bolsa de *"commodities"*, o prejuízo sobe a US$ 7 bilhões. Além disso, as 17 milhões de t cuja venda à URSS foi proibida pesarão fortemente nos estoques mundiais de trigo e grãos forrageiros (avaliados em 200 milhões de t), provocando um efeito negativo sobre as cotações. A possibilidade de desviar parte da produção de milho para o fabrico de "gasohol" parece ter sido fortemente superestimada. Atualmente, apenas 500 mil t de milho são utilizadas com este objetivo e a produção americana de etanol mal atinge o modesto montante de 270 milhões de litros. O plano de elevar essa produção para 1,8 bilhão de litros (utilizando 5 milhões de t de milho) parece excessivamente ambicioso, tendo em vista a capacidade instalada das destilarias e os custos de transformação das usinas para produzirem álcool anidro ao invés de álcool hidratado.

Sendo assim, é muito possível que o governo americano recorra a programas de *"land diversion"* para reduzir a produção de grãos da próxima safra, embora, até o momento, esta intenção tenha sido negada. No entanto, caso os EUA decidam incorrer nos investimentos necessários para expandir significativamente a sua produção de "gasohol", eles terão criado uma demanda permanente para 5 milhões de t de milho. Esse fato abriria novas perspectivas para potenciais exportadores de milho como o Brasil.

Agroanalysis, 4(2): 2-5,
fevereiro 1980

COMENTÁRIOS

ALGODÃO

O aumento não correspondeu ao otimismo

Em meados de 1979, as expectativas referentes à situação da atual safra do Centro-Sul eram marcadamente otimistas*. Entre os fatores que fundamentavam aquelas avaliações o principal, sem dúvida, era a elevada rentabilidade da cultura, alcançada na safra anterior.

No entanto, novos fatores entraram em cena, e levaram a Comissão de Financiamento da Produção (CFP), no mês de janeiro, a fixar sua estimativa do incremento na área cultivada de algodão em apenas 5%. A frustração daquelas expectativas decorreu da conjugação de diversos elementos, a saber: os preços relativos algodão/soja e algodão/milho, até o início do plantio (setembro/outubro) evoluíram desfavoravelmente para o algodão; as elevações não previstas nos preços dos combustíveis (50% em setembro e 37,9% em dezembro) e dos fertilizantes, acarretaram uma defasagem entre os custos de produção anteriormente calculados e o valor básico de custeio e, também, entre eles e o preço mínimo. Somente no Paraná o otimismo teve confirmação, com a malvácea estendendo-se por mais de 15% no plantio, em relação a 1978/79. Nos demais estados, ou os acréscimos foram diminutos, abaixo do esperado (caso de São Paulo, p. ex.) ou registrou-se redução na extensão da semeadura (Goiás e Minas Gerais).

A relação de preços desfavoreceu o algodão

A situação do mercado, evidentemente, teve atuação preponderante no período que antecedeu a semeadura. O preço do algodão, desde a colheita da safra 1978/79, até o início do plantio da nova safra (1979/80), não se modificou, em termos nominais. Para isto, contribuiu a maior duração da fase de colheita do Centro-Sul, motivada por sua antecipação, em razão da seca que afetou o Sul do País. O adiamento da colheita nas áreas afetadas representou uma oferta melhor distribuída no tempo, que foi escoada rapidamente, devido à pressão do setor industrial. Como conseqüência, o impacto da demanda industrial foi bastante diluído e as indústrias que não necessitavam da matéria-prima a curto prazo, colocavam-na em EGF, com prazo de resgate de 240 dias, o que amenizava ainda mais a pressão das compras.

Deste modo, as maiores compras do produto foram deslocadas para o mês de setembro, uma vez que grande parte dos EGF's foi contratada entre fevereiro e março. E é a partir de setembro que começa a entrar no mercado a safra do Nordeste, equivalente a 50% da produção meridional. Neste período, o parque industrial busca cobrir-se da alta que, normalmente, ocorre no último trimestre do ano, adquirindo algodão em julho e agosto, da safra do Centro-Sul. Ora, usualmente estas aquisições são feitas a preços superiores aos do período de pico da colheita (março/abril). No ano passado, contudo, o retardamento das colheitas mineira e goiana, associou-se à antecipação no Sul, impedindo, também, que uma "escassez" relativa do produto ofertado pressionasse os preços.

Não se pode dizer, portanto, que o ano que passou tenha sido mau para o setor industrial. As indústrias têxteis conseguiram efetuar bons negócios e 1979 só não foi bom para os maquinistas que não tiraram proveito da especulação proporcionada pelo acesso ao EGF, já que os preços dos diversos tipos de algodão vendidos no início e no meio do ano não sofreram acréscimos.

* O Prognóstico das Safras 79/80, vol. 3, nºs 7/8 de Agroanalysis, previa um incremento entre 5% e 15% na área plantada, com relação à safra 78/79.r.

As decisões dos agricultores quanto ao plantio das lavouras de verão foram influenciadas pela estagnação nos preços do produto e pelos fatores citados anteriormente. De grande importância para a formação das intenções de plantio foi o comportamento dos preços nos mercados de lavouras competidoras com o algodão, pela utilização do solo. As duas principais, soja e milho, ressentiram-se da seca ocorrida no verão de 1978/79 e o aperto em seu suprimento aqueceu seus preços, que se elevaram em 35%, entre março e agosto, superando largamente a inflação verificada naquele período (21%).

Contudo, a comparação das relações preço mínimo/custo de produção, para as lavouras de algodão e de soja, principal concorrente pela área, atribui uma vantagem à cotonicultura. Tal comparação revela que, na região meridional, o preço mínimo calculado para o algodão superava em 10,2% o total dos custos de produção e, quanto à soja, esta relação indicava uma margem de 5,2%. No entanto, se este fator pode ser arrolado entre aqueles que fundamentavam a expansão da cotonicultura, não impediu que a substituição por outras lavouras se verificasse, em grande escala.

Evidentemente, naqueles estados em que a relação de preços algodão/soja ou algodão/milho, já desaconselhava, de início, o plantio da malvácea, uma conjugação de variáveis contrárias ao seu plantio incentivou os agricultores a optarem por seus substitutos. Foi o que ocorreu em São Paulo, mormente na região de Ribeirão Preto (geralmente 30% da produção do estado), no Triângulo Mineiro (50% da produção estadual) e em Goiás. No primeiro estado, a substituição deu-se pela soja e pela cana-de-açúcar, ultimamente bastante estimulada pelo Proálcool. Em Minas Gerais, o forte concorrente foi o milho e, em Goiás, não só a soja penetrou na área normalmente plantada com algodão, como parte das terras foi destinada à pastagem.

O pré-EGF como alternativa à atualização do VBC

A razão de somente o Paraná ter confirmado as boas previsões para o plantio da lavoura algodoeira pode ser encontrada no início antecipado das operações de semeadura naquele estado. Assim, ao plantarem antes do período normal, que geralmente se situa em meados de setembro, o primeiro aumento no preço do óleo diesel (50% naquele mês) não prejudicou as primeiras etapas da semeadura. Os efeitos danosos deste aumento podem ser ilustrados pela reavaliação dos custos de produção de diversas culturas, feita pelo Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura daquele estado. Segundo a reavaliação feita em outubro, o VBC, que, antes do aumento no preço do óleo, ultrapassava em 9% o custo da produção de algodão, ficou defasado em 10%. Considerando-se o aumento de 37,9% nos preços dos combustíveis, em dezembro, a diferença entre ambos passa a ser de 12%.

Nos demais estados produtores não foram feitas reavaliações nos cálculos dos custos de produção. No entanto, apenas a alta ocorrida nos preços do óleo diesel já terá sido suficiente para desgastar o VBC. É claro que os aumentos verificados em outros ítens aceleraram a desatualização. Destacam-se, entre eles, os gastos com a mão-de-obra, que compõem 30% do custo de produção.

Para sanar este problema, poder-se-ia reajustar o VBC, para adequá-lo às necessidades da colheita da atual safra do Centro Sul, ou conceder um adiantamento às cooperativas, via mecanismo de pré-comercialização (EGF). Caso contrário, poderia elevar-se a dependência financeira dos produtores em relação aos intermediários, sobretudo porque é grande o número de produtores não organizados cooperativamente, em todos os estados.

Igualmente, o preço mínimo estabelecido para a safra 1979/80 poderia ser atualizado. Porém, a esta altura, só teria o propósito de elevar a receita do produtor, na medida em que, como variável estimulante do plantio já está descaracterizado. Uma revisão só ocorrerá caso o preço do mercado, a vigorar no período de comercialização da safra, não for satisfatório.

Parece razoável, diante dos acontecimentos dos últimos meses, no mercado, que o preço da arroba na região Centro-Sul fique em torno de Cr$ 250,00, por ocasião da colheita. Em termos reais, este preço é inferior ao vigente na comercialização do ano passado e, como a produtividade não deverá apresentar grandes alterações, a receita líquida do produtor deverá ser inferior à auferida na safra passada. Excetuando-se o Paraná, todos os demais estados, mesmo antes de computadas as elevações dos custos já apresentavam receita real líquida inferior.

Como não há indícios de uma alta imprevista nos preços, até a colheita, que os coloque acima dos Cr$ 250,00/@ (que já são 16% superiores aos preços atuais), uma reavaliação do preço mínimo amenizaria as perdas de rentabilidade, porquanto os preços de mercado acompanhariam o reajuste. Este, entretanto, não poderia ser muito alto, pois correr-se-ia o risco de ver o preço mínimo atualizado sobrepujar o preço do mercado.

Semente é causa do aumento da produtividade, mas o clima pode prejudicar

Quanto ao resultado final da colheita, tudo indica, até o momento, que o otimismo inicial ainda se mantêm. Em termos de produção, a cultura poderá apresentar um número entre 10% e 14,5% maior do que o da safra passada. Tal expansão decorre não só de um clima favorável mas, também de ganhos na produtividade (estimados entre 4% e 8,5%) oriundos da introdução de sementes da nova e qualitativamente superior variedade IAC–17. O comportamento da produtividade não será, porém, uniforme. São Paulo registrará o maior índice de crescimento, mas Goiás deverá apresentar uma queda, estimada em 14%. Este recuo se deve tanto ao fato de que o clima seco e as chuvas esparsas de que o IAC–17 necessita não aconteceram naquele estado, neste verão, quanto ao fato de que Goiás obteve o maior rendimento da região em 1978/79 (1.734 kg/ha). No Paraná, que, no ano passado, conseguiu o segundo maior rendimento da safra, estima-se que na atual colheita, este se expanda apenas 4%. Evidentemente, a situação da lavoura ainda não está definida. Poderão ser registradas quedas na produtividade até o final da colheita, em razão da elevada precipitação pluviométrica do período (jan/fev), em que se iniciará a colheita paranaense, antecipada na presente safra. A condição ideal do clima até a colheita é a que mescla períodos de estiagem com chuvas esparsas. Todavia, parece difícil que se tenha um resultado abaixo do limite mínimo de expansão da produção meridional, atualmente considerado (10%).

Comparando-se a produção de algodão em caroço hoje esperada para a safra meridional (1,19 milhão de t a 1,24 milhão de t), com a temporada 1976/77 (1,23 milhão de t), obtida num ano considerado "normal", pode-se observar que não se verificaram as previsões governamentais de superprodução. Contudo, a produção de algodão em pluma da safra corrente deverá superar em 4% a 6% o nível de 1976/77 (segundo a CFP estará entre 422,7 mil e 434 mil t) devido ao maior rendimento esperado, proporcionado pela nova variedade.

Imposto de Exportação dificulta o escoamento do excedente destinado ao exterior

A produção nacional de al-

godão em pluma deverá situar-se entre 580 mil e 615 mil t. O Nordeste, que normalmente já estaria em fase de plantio, atrasou esta atividade, em virtude da prolongada estiagem. As deficiências tecnológicas da lavoura local, com a escassez estrutural de fatores de produção (onde a disponibilidade de sementes é um problema alarmante) são responsáveis por uma estimativa da produção de algodão em pluma entre 157 mil e 180 mil t. Em safras normais, o intervalo é de 170 mil a 180 mil t.

Devido a terem restado em estoque 118 mil t da safra 1978/79, o suprimento nacional será mais do que suficiente para abastecer o mercado interno, cujo consumo para 1980 está estimado em 560 mil t. Registrar-se-á, portanto, um excedente exportável, entre 138 mil e 173 mil t. No entanto, não deverá este excedente ter como única destinação o mercado internacional. Argumenta-se quanto à necessidade de se manter um estoque de segurança para o abastecimento doméstico, que compensaria futuras necessidades de importação, ou de cobertura de incrementos na demanda. Esta reserva inicialmente equivalia a três meses de consumo mas, com a elevação dos juros do EGF (de 18% para 29%) a permanência do algodão em pluma nesta modalidade de empréstimo pode-se reduzir. Isto fará com que sobre mais algodão no mercado e se distribuam melhor as compras durante o ano. Assim, parece razoável, agora, que um estoque de segurança equivalha a dois meses e meio de consumo, a fim de evitar a excessiva dependência externa em caso de perdas na produção doméstica.

Além disso, esse estoque parece indispensável porque o consumo interno vem-se elevando nos últimos anos, sem uma elevação correspondente na produção. A relação consumo/produção elevou-se de 0,48, em 1972, para 1,04 em 1978, o que pode estar indicando a necessidade de um uso mais efetivo de uma política de estoques.

É válido pensar que o montante do estoque de segurança preconizado seja um pouco alto: em 1975/76, quando a produção brasileira de pluma atingiu o seu mais baixo nível (400 mil t), lançou-se mão do equivalente a pouco mais de um mês de consumo. Nas atuais condições, um estoque de até dois meses já seria considerado bom. Para este ano, com um estoque de segurança de 117 mil t (dois meses e meio) restaria um excedente exportável de até 56 mil t. Esta quantidade é irrisória para um país que já exportou uma quantidade equivalente à metade da sua produção anual. Contudo, desde 1974, a quantidade exportada não ultrapassou 110 mil t.

Surge, então, um novo problema, que diz respeito à efetiva colocação do produto no mercado internacional. Não é só a necessidade de permanência interna de um estoque, que contigencia as exportações. A relação entre os preços internos e externos mostra ser o produto brasileiro gravoso, ou seja, seu preço de venda situa-se acima da paridade internacional. Mesmo após as medidas de maxidesvalorização cambial e, posteriormente, a redução no Imposto de Exportação, a situação permaneceu a mesma, em razão da alta interna dos preços do produto. Ora, se o setor não foi beneficiado com aquelas medidas, a dificuldade de exportação permanece. Continua difícil, portanto, auferirmos este ano uma receita de 76,5 milhões de dólares, com as vendas externas da fibra, como se esperava até recentemente.

Nada indica que os preços externos se elevem, sustentando o mercado e ajudando na redução da gravosidade do produto brasileiro. Na verdade, as altas ocorridas nas cotações internacionais do produto são meramente especulativas, tanto que se leva em conta no cálculo da gravosidade o preço de 62 ¢/lb-peso, que traduz a realidade do mercado internacional, fundamentalmente estável.

Outro fator que reduziria a gravosidade, seria a eliminação do Imposto de Exportação. Aos atuais

preços, só a sua retirada já provocaria a total eliminação da gravosidade. Porém, esta medida provocaria uma disputa maior no mercado interno e os preços se elevariam, fazendo reaparecer a gravosidade, embora talvez a níveis inferiores. Tal medida provavelmente seria proveitosa pois, ao mesmo tempo em que auxiliaria o país a exportar as 56 mil t previstas, sem grandes esforços e sem o perigo de transferir ao importador parte dos lucros que poderiam ser auferidos pelo produtor brasileiro, não causaria grandes aumentos de preços no mercado interno, uma vez que já existe um estoque suficiente para amortecê-los. Por fim, esta medida, se implantada antes do início das colheitas da safra do Centro-Sul, substituiria a necessidade de se elevar os preços mínimos, pois seu efeito seria praticamente o mesmo, ou seja, o de proporcionar maior ganho ao produtor de algodão. ●

ARROZ

Destaque: expandiu-se a área plantada

Na safra 1979/80, o aumento da área plantada com arroz (3,57% segundo estudo divulgado em dezembro último pela FIBGE), apesar de modesto, constitui fato que se reveste de importância especial. Com efeito, nos últimos anos, o cereal vinha cedendo espaço para outras culturas, em quase todos os estados da região Centro-Sul (ver Prognóstico das Safras 1979/80, vol. 3, nº 7-8). Em muitas regiões produtoras tradicionais, a substituição do plantio de arroz se processou a taxas elevadas. O estado de São Paulo, por exemplo, reduziu sua participação na produção brasileira de arroz de 13,6%, no período 1967/70, para 5,6%, em 1976/78.

Em estados que dispõem de extensas áreas de fronteira agrícola, a utilização do plantio do arroz como meio de baratear o processo de desmatamento, para posterior formação de pastos, compensa, em parte, a substituição que se verifica nos tradicionais municípios produtores. Ainda assim, o estado de Goiás que, no período 1975/78, ocupava, em média, por safra, 1,075 milhão de ha com arroz, viu esta área declinar para 883 mil ha no período 1977/79.

Início de uma reversão de tendência?

Na safra ora em curso, em que pese o aumento previsto para a área plantada de arroz na região Centro-Sul, uma análise mais acurada das informações relativas ao plantio nos diversos estados desaconselha a interpretação de que estaria ocorrendo, este ano, o início de um processo de reversão daquela tendência declinante. Tal interpretação também é desaconselhada pelo fato de os diversos fatores que, em conjunto, contribuem para manter deprimida a perspectiva de rentabilidade do setor não terem sido objeto de transformações significativas.

Assim, permanece elevado o risco de quebra de safras, em virtude de problemas climáticos, pois a utilização de várzeas para o plantio, assim como o uso de irrigação, continuam a ser bastante diminutos, em relação à área total. Também é diminuto o uso de sementes melhoradas (cerca de 35%) e dos demais insumos "modernos". Estes problemas relativos à tecnologia empregada, evidentemente, decorrem da perspectiva de rentabilidade insuficiente, a qual não foi modificada pelos incentivos emergenciais anunciados recentemente.

A nível de comercialização, a forma de intervenção governamental também não se modificou. Quando os preços evoluem a taxas consideradas indesejáveis pelo governo, logo se revive a figura do tabelamento, o qual, algumas vezes, é logo desmoralizado, como em 1979 (ver Prognóstico 1979/80), mas, ainda assim, contribui para a formação da

imagem de mercado controlado pelo Estado. Embora nem sempre seja verdade, a imagem de mercado controlado é normalmente associada à de uma atividade cuja taxa de lucro é relativamente menos atraente.

Todos esses fatores que, até há pouco, provocaram uma continuada retração de área, permanecem presentes. Tal fato pode ser inferido pela pequena expansão prevista para a safra 1979/80, mesmo com os grandes incentivos de curto prazo ocorridos em 1979. Em outras palavras: apesar do reajuste de 76% no preço mínimo, considerado remunerador pelos próprios produtores quando divulgado, e da elevação de 99,7% nos preços recebidos pelo agricultor, registrada entre janeiro e dezembro de 1979 (bem superior à evolução do índice agregado de preços recebidos pelos produtores em geral,que foi da ordem de 49,4%), a área plantada com arroz aumentou menos de 4%. É evidente, portanto, que os produtores consideram que as perspectivas de rentabilidade a médio e longo prazos para o arroz permanecem inalteradas:

Variações da área nos estados produtores

Segundo informa a Comissão de Financiamento da Produção, dentre os estados da região Centro-Sul, apenas o Paraná e o Mato Grosso do Sul, na safra 1979/80, apresentaram redução de área, em relação ao ano anterior. Para o Paraná, a CFP prevê um decréscimo de 10% a 20% e, para o Mato Grosso do Sul, de 15% a 20%. Nesses dois estados, as elevadas quebras de safras ocorridas em 1977/78 e 1978/79 explicam em grande medida o comportamento do produtor. No Mato Grosso do Sul, as condições de adaptabilidade da soja, bastante satisfatórias nos últimos anos, também contribuíram para a retração verificada no plantio de arroz.

Em São Paulo e Minas Gerais, estados que há anos apresentam forte tendência à substituição do plantio do cereal, espera-se que ocorram pequenos aumentos de área. Estes aumentos se verificariam, principalmente, pelo aproveitamento de áreas marginais, refletindo a posição cautelosa do produtor em investir mais fortemente na produção de arroz. No entanto, deve-se chamar a atenção para o fato de que, após anos de contínua redução de área, esses dois estados apresentaram, por pequenos que sejam, aumentos nesta safra.

Nos estados do Centro-Oeste, além dos preços atraentes que vêm sendo praticados, dois fatores parecem influenciar sobremaneira a decisão do produtor: os níveis de produtividade obtidos nas últimas safras e a possibilidade de ampliar a fronteira agrícola. Este último constitui fator de expansão da área de arroz sempre que a perspectiva de remuneração da atividade pecuária se mostra elevada, justificando a abertura de novas áreas para a formação de pastagens. Como é sabido, nessas regiões o arroz é utilizado para baratear os custos do desmatamento. Embora os preços da carne bovina tenham-se estabilizado em fins de 1979, a rentabilidade da pecuária permanece ainda elevada. Adicionalmente, os produtores de Mato Grosso não foram atingidos pela seca das duas últimas estações, obtendo níveis de produtividade bastante animadores. Assim, naquele estado, esses dois fatores atuam em mesmo sentido, induzindo um aumento da área de plantio do cereal. Segundo informações da CFP, este aumento situou-se entre 5% e 9%. No Mato Grosso do Sul, como já foi visto, os problemas climáticos enfrentados nos últimos anos em muito desestimularam o plantio do cereal.

Em Goiás, ainda segundo a CFP, houve crescimento de área da ordem de 10% a 16%. Embora no Sul do estado tenha ocorrido alguma conversão de áreas de arroz ao plantio de soja e milho, esta substituição se deu em proporção menor do que no ano passado. Esta pequena retração de área verificada no Sul foi, no entanto, mais do que compensada pela ampliação verifi-

cada no Norte,onde as variáveis que condicionam a decisão do produtor se mostram bastante parecidas com as do Mato Grosso: bom resultado em termos de produtividade na última safra e número elevado de projetos de implantação de pastos em áreas novas.

No Rio Grande do Sul,o aumento de área, segundo estimativa da CFP, ficou entre 5% e 9%. A safra colhida neste estado, em 1979, apresentou percentual elevado de quebra (pouco abaixo de 25%) em relação à previsão inicial. Esta percentagem de quebra, considerando a sofisticada estrutura gaúcha de produção do arroz irrigado, foi vista como surpreendente pelos próprios orizicultores, e indica a excepcionalidade das condições adversas de clima que tiveram de enfrentar.

É preciso esclarecer, ainda, que a estrutura de produção e comercialização do arroz gaúcho se, por um lado, reduz substancialmente os riscos de quebra de safra por problemas climáticos e facilita a obtenção de preços relativamente mais elevados ao produtor, por outro, dificulta a ocorrência de variações mais bruscas de área, em resposta aos sinais de curto prazo do mercado. Isto porque a conversão das áreas de plantio de arroz irrigado em outras culturas, além de ter de contornar problemas de ordem agronômica, implica deixar ocioso um investimento já realizado e de uso específico, cujo custo elevado aconselha uma utilização intensiva.

Perspectivas do abastecimento

Até o momento, em todos os estados, são boas as condições do desenvolvimento vegetativo da cultura. Em alguns ocorreu atraso no plantio, como no Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, por excesso de chuvas. No entanto, este atraso não chega a comprometer os níveis esperados de produtividade. Sob as condições de dezembro passado, a CFP estimou a produção brasileira em 9 a 9,5 milhões de t. Esta produção, no entanto, está sujeita ainda a algumas modificações, porque, no Norte e Nordeste, grande parte do plantio é realizado no mês de dezembro, estando portanto a lavoura em estágio de desenvolvimento inicial. Além disso, é bom lembrar, fevereiro é um período crítico para o arroz produzido em quase todos os estados do Centro-Sul.

Se a atual previsão de produção se mostrar acertada, o abastecimento de arroz à população, em 1980, transcorrerá sem maiores percalços. A disponibilidade total no início do ano comercial 1980/81 (março/80—fevereiro/81) está estimada em 9,5 a 10 milhões de t (considerando um estoque inicial de 0,55 milhão de t e uma produção de 9,0 a 9,5 milhões de t). Por sua vez, o consumo interno se situaria em 8,75 milhões de t e, conseqüentemente, haveria um excesso de oferta entre 0,75 e 1,25 milhão de t.

No entanto, estes números tem que ser encarados com reservas. Isto se deve a que o estoque inicial (0,55 milhão de t) foi avaliado contabilmente, a partir de estimativas anteriores de produção e consumo. Aliás, as condições de escassez de oferta que se fizeram sentir principalmente a partir de outubro/novembro não parecem compatíveis com a previsão de uma sobra de arroz em março, da ordem de 500 mil t. Do lado do consumo, a estimativa também carece de segurança. Durante os últimos dois anos, os preços do arroz vêm aumentando a taxas elevadas, a nível do consumidor. É possível que este encarecimento do produto tenha gerado algum deslocamento da demanda. Além disso, caso realmente venha a ser eliminado o subsídio ao consumo de trigo, a demanda por produtos como o milho e o arroz, entre outros, sofrerá significativos deslocamentos. Estimar em que proporção fatores como os acima apontados modificam os hábitos alimentares da população é tarefa árdua e que requer um grande volume de informações

confiáveis, cuja disponibilidade e acesso no país são bastante limitados.

Apesar da precariedade das informações, é bastante provável que, caso as condições climáticas permaneçam favoráveis, os preços a nível de produtor sofram decréscimos reais, principalmente nos primeiros meses de colheita. Objetivando evitar que este fato se verifique, o que traria fatalmente reflexos negativos sobre o plantio da próxima safra, seria desejável que o preço mínimo fixado em Cr$ 320,00/saca de 60 kg, sofresse reajuste de modo a torná-lo mais próximo dos níveis que vigoram hoje no mercado (dependendo do tipo e qualidade, de Cr$ 450,00 a Cr$ 600,00 pela saca de 50 kg, em Goiás). ❋

FEIJÃO

Meteorologia: Causa imediata da segunda quebra consecutiva da safra das águas

Embora ainda seja cedo para que se tenha um quadro definitivo do desempenho da atual safra de feijão das águas, já se sabe que o volume do produto a ser obtido será bastante inferior à terceira estimativa oficial, que oscila entre 1,19/1,34 milhão de t. Este intervalo, inferior em 14,2% e 10,9%, respectivamente, às previsões de outubro e novembro da CFP, não chegou a registrar, por exemplo, a quebra ora esperada na safra mineira das águas. Da mesma forma, as sucessivas reavaliações da safra gaúcha revelaram valores decrescentes, o mesmo ocorrendo com relação à safra de Santa Catarina.

Desta maneira, a quarta e última estimativa da produção da safra das águas 1979/80 daquele órgão, situa-se entre 890 mil t e 1 milhão de t (quebra de 36% em relação ao inicialmente esperado). As reavaliações da produção por estado têm, até o momento, as seguintes magnitudes: Paraná (-35%), Rio Grande do Sul (-59%), Santa Catarina (-31%), Minas Gerais (-20%) e São Paulo (-10%). Tais números resultaram, aproximadamente, em 323 mil t de perdas, em relação à expectativa de dezembro. Observe-se que este é o segundo ano consecutivo em que a safra das águas registra perdas. Também a safra 1978/79 foi afetada por um clima prejudicial, terminando 17,4% abaixo de sua previsão inicial. Assim sendo, o fato de se esperar que a atual safra das águas seja de 12% a 21% inferior à anterior é duplamente grave.

Os estados supracitados produzem perto de 90% de todo o feijão preto da primeira safra e as maiores quebras ocorreram justamente naqueles em que predomina o feijão preto, no total da produção estadual de feijão (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná). É certo, portanto, que a disponibilidade deste tipo de feijão para o consumo, este ano, será reduzida, como também que a participação desta variedade, no total colhido da atual safra das águas, ficará aquém dos 40% usuais (ou seja, abaixo do intervalo de 356 mil t/400 mil t).

De um modo geral, a atual safra de feijão ressentiu-se, além dos problemas estruturais crônicos da cultura (baixa tecnologia, falta de sementes fiscalizadas, reduzida utilização de insumos), de problemas climáticos.

As chuvas intermitentes, geadas, ventos frios e granizo em regiões localizadas no Sul do país, obrigaram ao replantio em algumas áreas e prejudicaram irremediavelmente a planta, o que determinou a baixa qualidade da maior parte dos grãos colhidos. A ilustrar este aspecto, existe o fato de que grande quantidade do produto colhido sequer conseguiu classificação. E, já ultrapassada a primeira metade da colheita na área produtora paranaense, a maior parte dos grãos foi rotulada nos tipos 5 e APA (Abaixo do Padrão Amparado). Na escala classificatória do feijão, esses tipos definem o produto de pior qualidade (respectivamente 8% e 15% de ava-

rias).

Sintoma imediato desta redução dos números inicialmente esperados, os preços pagos ao agricultor passaram a ascender em ritmo acelerado, suplantando rapidamente o preço mínimo em vigor. Desta forma, em dezembro, o preço médio recebido pelo produtor paranaense, por saca de 60 kg de feijão de cor, alcançava valor 10% superior àquele registrado um mês antes, enquanto que, para o feijão preto, o aumento verificado foi de 13%. E à medida que novas notícias de quebras eram veiculadas e a produção passava a ser parcialmente retida com fins especulativos, os preços recebidos pelo agricultor pela saca de 60 kg alcançavam valores que suplantavam, em muito, o preço mínimo de garantia. É interessante observar-se, no entanto, que, à exceção do Rio Grande do Sul, (mesmo com as reduções bastante significativas do rendimento médio por hectare) os agricultores dos outros três estados mais importantes não chegaram a ter seus ganhos comprometidos; ao contrário, lucraram mais do que se tivessem

QUADRO 1

FEIJÃO – Estados Selecionados – Safra das Águas 79/80

Estado	Rendimento médio esperado (kg/ha)	Custo por saca (60 kg) com o rendimento médio esperado (Cr$)*	Rendimento médio obtido (kg/ha)	Novo custo por saca (kg/ha) (Cr$)	Preço médio ao produtor na colheita (Cr$/60 kg)
RS	780	553,80	313	1.379,40	1.100,00
PR	840	568,80	441	1.083,60	1.300,00
SC	900	560,40	566	891,60	1.200,00
SP	900	560,40	531	950,40	1.300,00

FONTES: Rendimentos e preços ao produtor durante a colheita: RS, CFP; PR, SEAG/DERAL; SC, CFP; SP, IEA.
* Os custos de produção incluem os aumentos de 50% e de 37,9% no preço do óleo combustível ocorridos durante 1979. O preço mínimo, até recentemente, era de Cr$ 612,00/sc.

vendido ao preço mínimo (Quadro 1).

Safra da seca antevista como provável reguladora do mercado

É inegável que o ano de 1980 não só irá se ressentir bastante da quebra de sua primeira safra de feijão, como também de fatos adversos relativos à produção da leguminosa durante 1979. Como a produção de feijão no ano passado foi somente de 2,28 milhões de t, tornou-se necessário lançar-se mão de grande parte do estoque remanescente da safra anterior (434,2 mil t), o que impossibilitou a formação de reservas significativas do produto, que pudessem vir a atuar como reguladoras do mercado, no caso de uma quebra da atual safra das águas.

Paralelamente, a disposição governamental de favorecer a ampliação desses parcos estoques, através da utilização do pré-EGF no Sul do país, nesta primeira safra, frustrou-se, à medida que os preços de mercado afastavam-se do preço mínimo de garantia, desinteressando-se o agricultor pela venda ao governo. Assim sendo, tudo leva a crer que o mercado de feijão, especialmente o de feijão preto (este com o preço tabelado a Cr$ 23,60/kg no Grande Rio), ficará indefinido até a entrada da safra da seca, ou seja, até maio/junho. Somente a partir dos resultados então obtidos terá o abastecimento interno condições de se recompor satisfatoriamente.

A alta dos preços praticados nesta safra, conseqüência da escassez do produto novo, aliada ao novo preço mínimo (Cr$ 900,00/saca de 60 kg), que se aproxima dos atuais preços do mercado e, também, aos novos Valores Básicos de Custeio, poderá contribuir para uma expansão da área plantada da safra da seca no Centro-Sul do país. Vale lembrar que os estados sulinos e Minas Gerais vêm participando, em conjunto, com algo em torno de 20% a 25% do montante total do feijão produzido na segunda safra. E, por serem, praticamente, os únicos estados produtores de feijão preto, incrementos de área significarão (caso o clima coopere), uma compensação parcial das perdas verificadas na primeira colheita do ano.

Considerando-se que a participação do feijão preto no total da segunda safra tem sido, nos últimos anos, entre 15% a 20%, os resultados estimados para a colheita da seca (1,2/1,3 milhão de t, com um incremento de 9% sobre a estação anterior) sugerem que se contará com uma disponibilidade do produto situada entre 187,5 mil t e 250 mil t. Estes números, adicionados à estimativa de 340/390 mil t de feijão preto que poderão ter sido obtidas na primeira safra, somam 527,5/640 mil t da variedade, contra 674,5 mil t, em 1979. As restantes pouco mais de 1 milhão de t, pertencentes às variedades de cores, reunidas às 550/610 mil t produzidas na safra das águas, bastariam para suprir o consumo deste tipo de feijão, previsto em 1,5 milhão de t. Não seria necessário, neste caso, lançar-se mão dos estoques existentes. É bastante provável que estes números se verifiquem (abstraindo-se toda e qualquer ação climática adversa), uma vez que a safra da seca conta com participação bastante expressiva da produção do Norte-Nordeste (50% nos três últimos anos), onde também será praticado o preço mínimo de Cr$ 900,00/saca 60 kg para o feijão anão.

Embora em época de entrada de safra, Grande Rio convive com tabelamento do feijão preto

Por outro lado, no caso do feijão preto, mais uma vez estaria configurado um quadro de crise no abastecimento interno, cuja previsão de consumo, a nível nacional, para este ano, é de 690 mil t (1,8% acima da quantidade consumida em 1979). Esta defasagem entre oferta e procura,

por sua vez, pode tornar-se particularmente penosa para o consumidor carioca, que consome perto de 25% do total de feijão preto produzido internamente. Visto que a participação do feijão preto na dieta alimentar do carioca é bastante alta e que este produto representa 2,1% do cálculo do índice do custo de vida, supõe o governo que o controle artificial do preço beneficiará amplamente o consumidor. No entanto, experiências anteriores provam que tal mecanismo invariavelmente leva ao desaparecimento do produto das prateleiras dos supermercados, passando sua comercialização a ser feita no mercado negro, a preços bastante superiores ao da tabela. E, via de regra, leva o governo a colocar parte dos seus estoques de feijão de cores nesta praça, a fim não só de evitar tumultos no comércio varejista como também forçar a desova do produto retido em mãos de especuladores.

Desta maneira, é de se esperar que ocorram estas reações no mercado de feijão preto do Grande Rio (à semelhança do registrado em 1978) pelo menos até a entrada do produto da próxima safra, visto que as importações (pelo menos por hora) não se configuram como solução viável para o problema do abastecimento interno, por duas razões: pela gravosidade destas compras externas e pela provável baixa oferta internacional do produto. ✱

MILHO

Brasil importador

Confirmando-se as atuais previsões, os problemas enfrentados no abastecimento de milho, nos dois últimos anos, serão, em boa escala, reduzidos com a entrada da próxima safra. Com efeito, no passado recente, as mazelas da política econômica e as intempéries do clima atuaram como os principais fatores determinantes da redução das colheitas a um volume insuficiente para cobrir as necessidades demandadas pelo país.

Em 1979, a produção brasileira alcançou tão somente 16,27 milhões de t (conforme a FIBGE) e foi inferior em aproximadamente 15% à safra 1976/77, último período produtivo desenvolvido dentro de um contexto de relativa normalidade. A inexistência de apreciáveis estoques em poder do governo e a pressão de demanda exercida pelo mercado de grãos (impulsionado pelo crescimento da avicultura e da suinocultura) levaram novamente o país a recorrer à importação, como forma de amenizar o déficit interno. Mas, a exemplo da temporada anterior, o atraso das negociações resultou em descompasso entre as compras externas e a efetiva utilização da matéria-prima nos segmentos consumidores do país. Como conseqüência dos problemas na liberação do produto importado, da própria insuficiência do volume comprado no exterior, face à magnitude da procura, e da gradativa escassez da disponibilidade interna do produto nacional, os preços do milho iniciaram uma trajetória de alta.

Até dezembro próximo passado, o Brasil adquiriu no mercado externo 1,486 milhão de t de milho, num dispêndio próximo a US$ 240 milhões. Em quatro meses de pregões (de outubro a janeiro), a Bolsa de Cereais de São Paulo comercializou cerca de 1.115 e 116 mil t, respectivamente, para entrega imediata e futura, a um preço médio de Cr$ 252/sc 60 kg. O cronograma oficial prevê completar a distribuição do produto até fins de fevereiro, época em que começa a se intensificar a colheita na região Centro-Sul. Adicionalmente, o país negociou, em janeiro, 130 mil t para o suprimento da região Nordeste, cuja colheita da safra 1979/80 dar-se-á somente no segundo semestre do corrente ano.

Num cálculo estimativo, com-

putando-se todas as despesas com a importação (fretes diversos, taxas, despesas aduaneiras, etc), o cereal importado dos EUA chegaria às unidades consumidoras brasileiras a um preço aproximado de Cr$ 350,00/sc 60 kg. Contrapondo-se este preço à média das cotações praticadas na Bolsa de Cereais de São Paulo, conclui-se que os cofres públicos estariam, então, promovendo um subsídio da ordem de Cr$ 2,43 bilhões para o volume total importado em 1979. A aquisição mais recente (para o Nordeste) será comercializada a um subsídio, por unidade do produto, mais elevado, pois a negociação foi concretizada integralmente após a maxidesvalorização cambial.

Obstáculos ao crescimento da área semeada

A edição do "Prognóstico das Safras 1979/80" (Agroanalysis, vol. 3, nºs 7-8) contém algumas considerações concernentes à estrutura de produção de milho no Brasil. Segundo a análise, a concentração da produção em pequenas propriedades, o difícil acesso da maioria dos produtores às vantagens do crédito rural subsidiado e da assistência técnica, as deficiências infra-estruturais de armazenagem e transporte, entre outros elementos, associam-se a fatores de ordem conjuntural, no sentido de desincentivar atitudes excessivamente otimistas quanto à evolução da área e da produção do cereal, no Brasil.

Aquele estudo referia-se, ainda, ao aspecto da gradativa diminuição da cobertura institucional (a relação valor básico de custeio/custo de produção) paralelamente ao decréscimo da produtividade. Ou seja: o crédito de custeio, levantado pelos produtores, mostrava-se cada vez mais insuficiente para a realização total da produção, à medida em que a produtividade diminuía. Àquela época, para o estado de São Paulo, com uma colheita média de 2.220 kg por hectare, a cobertura institucional situava-se por volta de 58%. No entanto, a agudização do processo inflacionário, os sucessivos reajustes de preços de importantes fatores de produção (fertilizantes, combustíveis, defensivos etc) elevaram sobremaneira o custo de produção, reduzindo ainda mais aquele percentual de cobertura.

À exceção de Santa Catarina, São Paulo, Paraná e Goiás, os demais estados brasileiros apresentam níveis de produtividade abaixo da faixa de 1.600 kg/ha. Mesmo naqueles estados, levando-se em conta o reduzido nível tecnológico da maioria das explorações, pode-se ponderar que uma significativa parcela da produção é proveniente de estabelecimentos com produtividade ao redor do limite anteriormente referido. Dessa maneira, em que pese a inexistência de estudos detalhados de custos de produção nos diferentes estados e regiões do país e, tomando como base as considerações traçadas para São Paulo, seria lícito supor que grande parte dos produtores com acesso ao crédito rural recebeu uma cobertura institucional abaixo de 50%.

Assim, para a realização da produção, haveria a necessidade de os produtores alocarem uma parcela maior de recursos próprios. Sem dúvida, esse fato representa um elemento inibidor da ampliação da área semeada, na medida em que se consideram a descapitalização do setor agrícola e a escassez de capital de giro, decorrentes das frustrações de safra nas duas últimas temporadas. Afora essa defasagem dos VBC's frente aos custos de produção, constata-se a gradativa erosão do preço mínimo de referência, com a intensificação do ritmo inflacionário. O preço mínimo real (deflacionado pelo índice geral de preços) em vigência é inferior em 7,1% ao valor fixado para a safra passada, que, à época, foi considerado insatisfatório pela totalidade dos organismos de representação dos agricultores.

Safra 79/80: Perspectivas

Não obstante os fatores de

limitação arrolados acima, a área cultivada com milho na atual safra poderá revelar um ligeiro incremento em relação a 1978/79. As elevadas cotações alcançadas pelo produto, durante todo o decorrer de 1979, principalmente no período que antecedeu à fase de semeadura, constituem-se no principal fator de incentivo à expansão da cultura. Para o Brasil, segundo a CFP, a área do milho estará situada entre 11,35 e 11,85 milhões de ha, traduzindo, no ponto central da estimativa, um incremento de 2,5% sobre a safra passada. Esse aumento decorre da maior penetração do cereal na região Centro-Sul, onde, segundo a mesma fonte, cobrirá uma área entre 9,20 e 9,56 milhões de ha. A estimativa da FIBGE revela um crescimento da área talvez menos acentuado do que o indicado pela previsão da CFP: 9,26 milhões de ha.

No estado do Paraná, a cultura do milho se estenderá por uma área de 2,215 milhões de ha, que gerarão uma produção estimada em 5,1 milhões de t. A favorabilidade do comportamento climático durante o período de semeadura e durante o mês de janeiro, propiciou um bom desenvolvimento da lavoura. Nas condições do referido mês, segundo levantamentos de campo realizados pelo DERAL/CEPA, aproximadamente 45% da cultura encontravam-se em fase de desenvolvimento vegetativo, 30% em floração, 20% em frutificação e apenas 5% em processo de maturação. Os dados evidenciam, assim, a suscetibilidade de uma significativa fração da área cultivada à evolução do clima. Uma eventual deficiência hídrica durante o mês de fevereiro poderá resultar em danos à boa produtividade estimada atualmente.

A referida pesquisa de campo apontou, ainda, que em cerca de 14% da área total do estado a semeadura consistiu na utilização de sementes de variedades precoces (ciclo de 110 a 130 dias) ou sementes comuns (ciclo normal), cujo plantio foi realizado até o dia 15.8.79. Essa fração de área, viabilizará a "safrinha" do estado — um volume que ora se estima em 700 mil t — com condições de colheita até a metade do corrente mês (fevereiro). A entrada desse produto no mercado atuará no sentido da regularização do abastecimento, interrompendo o exacerbado movimento altista dos preços. A vigorarem as previsões atuais, o Paraná poderá, na safra 1979/80, exportar aos estados deficitários cerca de 3 milhões de t do cereal.

No Rio Grande do Sul, são boas as perspectivas de produção nesta safra, muito embora paire sobre o estado um clima de apreensão em torno do comportamento climático durante o mês de fevereiro, período crítico para o delineamento final dos níveis de produtividade das principais culturas de verão. No estado, as expressivas quedas da produção e da renda auferida pelos agricultores, nas duas últimas safras, resultaram numa tendência à diversificação de culturas, como forma de atenuar os riscos inerentes à monocultura da soja. Por outro lado, o grande crescimento das atividades avícolas e suinícolas, bem como a recuperação da pecuária leiteira (desde há cinco anos em marcante fase de estagnação) vêm realimentar a demanda pelo milho (estimada em 2,5 milhões de t na temporada 1978/79), incentivando o plantio do cereal.

Assim, espera-se um crescimento ponderável da produção de milho na região do Alto Uruguai, onde prevalecem as explorações coloniais, voltadas para as atividades pecuárias. Prevê-se, também, uma maior penetração do cultivo do cereal no planalto central do estado. De um modo geral, estima-se que a safra gaúcha oscilará em torno de 3,1 milhões de t, com uma produtividade média de 1.650 kg/ha, bem superior ao depressivo nível da safra passada (1.037 kg/ha). Prevalecendo esses prognósticos, é bem provável que o Rio Grande do Sul atinja a autosuficiência do cereal ou, numa hipótese menos otimista, que pelo menos reduza sensivelmente sua depen-

dência de outros estados produtores.

Em Santa Catarina, também se espera uma maior produção do cereal na região Oeste, caracterizada por explorações minifundiárias, onde o milho é matéria-prima para o arraçoamento dos animais das propriedades. Uma adequada evolução do clima poderá recolocar o estado na liderança dos níveis de produtividade. As previsões atuais ponderam a colheita em 2.500 kg/ha, que, distribuídos por aproximadamente 1,15 milhão de ha semeados, resultarão numa produção de 2,9 milhões de t. Estima-se, ainda, que foram semeados cerca de 100 mil hectares com sementes híbridas de ciclo curto, que poderão consolidar uma "safrinha", em janeiro e fevereiro, próxima a 250 mil t, minimizando os problemas de abastecimento ora enfrentados.

Goiás, dentre os grandes estados produtores, será o único onde a área cultivada com milho decrescerá em relação à safra passada. Tal fato é fruto da ausência de chuvas no mês de outubro que, além de obrigar o replantio em algumas áreas, favoreceu a mudança da intenção de plantio dos agricultores, deslocando-a para a soja, para o arroz e para a formação de pastagens. Na verdade, o clima atuou como coadjuvante do processo de deslocamento da cultura, consubstanciado pela excessiva elevação dos custos de produção, e pela insuficiência e atraso das liberações de créditos de custeio e investimento. Segundo a CFP, a área com milho, no estado, deverá situar-se entre 770 mil e 800 mil ha (o plantio de 1978/79 somou 840 mil ha). Paralelamente, estima-se uma apreciável redução de 10,4% na produtividade média, levando o estado a uma produção em torno de 1,5 milhão de t, cerca de 15% inferior ao volume colhido no ano passado.

A produção de Minas Gerais, por seu turno, deverá registrar um crescimento entre 7% e 10% sobre os 2,6 milhões de t colhidos na safra 1978/79. Explica-se o expressivo aumento da área do cereal pelos deslocamentos localizados nas culturas de algodão, café e soja, e pela expansão da fronteira agrícola e do cultivo intercalar nos cafezais do estado. Não obstante, está prevista uma queda de 4% (para 1.570 kg/ha) da produtividade na presente safra. Por exemplo, a grande produção do Triângulo Mineiro poderá sofrer danos, em função do atraso que caracterizou o início do plantio naquela região. Em que pese o inusitado crescimento da avicultura, Minas Gerais, nesta temporada, deverá continuar como exportador líquido do cereal.

As previsões mais recentes apontam uma expansão da área cultivada com milho no estado de São Paulo. A FIBGE estima uma área total de 1,2 milhão de ha, traduzindo um incremento de 13,8% sobre o plantio da safra 1978/79. Mantidas as atuais estimativas de produtividade, o estado colherá um volume próximo a 2,45 milhões de t, na temporada em curso. Na Divisão Regional Agrícola de Ribeirão Preto (quase 30% da produção do estado, ano passado), evidencia-se uma utilização de áreas tradicionais do cereal destinadas, agora, à soja e à cana-de-açúcar. Nas DIRA's de São José do Rio Preto e Presidente Prudente, a substituição envolve o estabelecimento de pastagens e/ou canaviais. À exceção da DIRA de Sorocaba, segunda região produtora, onde a área do cereal mostra-se crescente, a ampliação da área total decorre do incremento do plantio nas regiões de menor participação na produção total do estado (DIRA's de Bauru, Marília, Campinas, São Paulo e do Vale do Paraíba).

Na região Centro-Sul, portanto, a produção total de milho oscilará em torno de 18 milhões de t, dependendo do nível de normalidade climática durante o corrente mês. De qualquer forma, parecem descartáveis hipóteses de frustrações de colheitas semelhantes às do ano passado: os níveis atuais de umidade do

solo, em boa parte da região, encontram-se significativamente mais elevados do que os do período equivalente de 1979.

Por sua vez, os prognósticos referentes à safra do Norte-Nordeste do país devem ser muito cautelosos pois, na maioria dos estados, prevalece a fase de pré-plantio. Ainda assim, com as variáveis de momento, a CFP espera que a área de milho sofra, na região, um decréscimo entre 7% e 16% relativamente aos 2,570 milhões de ha semeados na safra 1978/79. No entanto, uma melhor *performance* em termos de produtividade poderá resultar em um incremento de até 10% sobre as 1,428 milhão de t produzidas no ano passado.

Recompor os estoques

Nas condições atuais, a produção total do Brasil deverá situar-se entre 19 e 20 milhões de t, superando, talvez, o recorde auferido na safra 1976/77. A estratégia governamental para o setor deverá ponderar importantes fatores. Relativamente à demanda, a continuidade da retração na produção de carne bovina induzirá a uma crescente produção de animais de pequeno e médio portes, pressionando o setor de rações. Por outro lado, a propalada redução gradativa do subsídio ao consumo de trigo resultará em demanda adicional pelo produto, incrementando a parcela destinada ao consumo humano. Avaliando tal situação, a CFP estima, para o período comercial abril/80-março/81, um consumo total de 18,8 milhões de t, 6,2% superior à previsão para o período que se encerra em março próximo.

Assim, em que pesem os prognósticos de aperto na balança comercial brasileira, em 1980, seria interessante uma postura governamental favorecedora da formação de estoques estratégicos do produto, em detrimento de uma exígua participação, como exportador, no comércio internacional do grão. Nessa perspectiva, parece boa medida o estabelecimento de instrumentos legais que resguardem esse posicionamento de um eventual interesse das empresas nacionais em destinar, ao exterior, alguma parcela da produção. O recente embargo às vendas de grãos norte-americanos à URSS, deverá levar este país a uma busca de suprimento em mercados não tradicionais, avivando-se o interesse pelo cereal brasileiro.

Por fim, a confirmação de ocorrência de significativas safras de milho, soja e arroz resultará em uma inusitada pressão sobre as capacidades de armazenagem e de transporte. Assim, seria oportuno o estabelecimento de diretrizes visando a arrefecer um eventual estreitamento do fluxo de comercialização dessas safras. Paralelamente, deve-se procurar resguardar os interesses dos produtores, dotando de agilidade e suficiência os instrumentos oficiais da política de preços para o setor (preço mínimo, AGF, EGF, etc). ●

SOJA

Perspectivas do mercado internacional

As perspectivas de um excesso de oferta de soja no mercado mundial, para o ano comercial 1979/80, vêm-se tornando cada vez mais concretas, diante do bom desempenho, até aqui, das safras do Hemisfério Sul. Somando-se a isto as produções recordes registradas nos principais países exportadores da leguminosa, na estação passada, encontra-se uma explicação para as previsões pessimistas em termos de preço para a soja e derivados.

Atualmente, com o embargo de grãos à URSS, decretado pelos EUA, o panorama tornou-se bastante confuso. À perspectiva anterior de cotações deprimidas, em comparação com 1978/79, passa a somar-se o acirramento da disputa pelo mercado "disponível", aumentando a proba-

bilidade de queda dos preços, ao longo de 1979/80. Tudo vai depender, na prática, do sucesso das medidas governamentais norte-americanas para a sustentação de preços, e da possibilidade de a URSS obter os cereais de que necessita, ou seus substitutos, em outras fontes.

A esta altura, portanto, previsões de tendência de preços tornam-se bastante arriscadas. A observação dos componentes de oferta e demanda no mercado mundial de soja e de oleaginosas em geral, à exceção da possibilidade de conquista de novas parcelas do mercado soviético, não permite que se vislumbre um quadro animador para quem deve produzir até 15 milhões de t de soja na safra 1979/80. Isto, porque a produção mundial de oleaginosas deverá situar-se em 173,6 milhões de t no mesmo período, segundo a revista *"Oil World,"*, com um crescimento superior a 12% em relação à temporada que passou. Além disso, 77,6% desse acréscimo se verificaram na produção de soja, cujo consumo (*in natura* ou através dos derivados), tende a se estabilizar, especialmente no maior mercado comprador do produto brasileiro — a Europa Ocidental.

As causas dessa possível estabilização podem ser localizadas numa diminuição do crescimento dos rebanhos daqueles países, na maior inflação mundial que, juntamente com maiores dispêndios com energia, vem tornando cada vez mais vantajoso o uso de ração própria. Também a competição exercida pelo girassol norte-americano e a colza e a linhaça canadenses inscrevem-se entre os fatores que induzem à estabilização.

Com um excedente de oferta em relação à demanda, o mercado mundial do complexo soja deve apresentar preços inferiores aos praticados no último ano comercial. Tais são as previsões do Departamento de Agricultura dos EUA, que calculou o preço médio da temporada 1978/79 em 6,75 dólares/*bushel* e está projetando, para 1979/80, um preço médio a oscilar entre 5,75 e 6,50 dólares/*bushel*. Para os produtores brasileiros, isto representará (caso venham a se confirmar as projeções norte-americanas) uma remuneração em dólares, entre 4% e 15% inferior à da estação passada por tonelada exportada.

Mesmo com a perspectiva de preços inferiores no mercado internacional, a soja não deixou de ter sua área aumentada no país, na safra 1979/80. Este fato se deve a uma composição de fatores que tem como pano de fundo a "bem" montada estrutura de produção e comercialização da oleaginosa. O *"pool" de* transportes coordenado por centrais cooperativas para levar a soja do interior até o porto, ou às indústrias, e um parque de esmagamento de 18 milhões de t são algumas peças dessa poderosa engrenagem.

Por outro lado, produtos que poderiam concorrer com a soja em termos de área, como o milho, o algodão e o arroz, enfrentam, na prática, dificuldades em deslocar a leguminosa em função de três fatores:

1) Ao contrário da soja, aqueles três produtos teriam problemas de colocação no mercado internacional. O comércio mundial de arroz é bastante reduzido, em comparação com a produção total do cereal. No que tange ao algodão e ao milho, o Brasil se transformou em exportador ocasional, nos últimos anos;

2) Os níveis de preços aos quais a soja é comercializada internamente têm acompanhado a evolução das cotações internacionais ou até mesmo as têm ultrapassado, em função da demanda por matéria-prima (grão) de parte de um parque moageiro superdimensionado. Essa sólida demanda, externa e interna, tem, ao longo dos últimos anos, garantido boa remuneração aos agricultores. Enquanto isso, produtos como arroz e milho tem-se deparado com tabelamento de preços, o que, em última instância, é fator de redução da receita dos produtores, e, conseqüentemente, da atratividade dessas lavouras;

3) Institucionalmente, a soja,

por se tratar de uma "moderna" lavoura de exportação, tem recebido múltiplos estímulos. Ao longo da última década esses incentivos estiveram presentes, não só para a soja, enquanto lavoura de exportação, mas, também, foram concedidos ao setor agroindustrial do complexo, na forma de crédito subsidiado para instalação das indústrias, isenções de impostos para exportação etc.

Complementando o raciocínio, podemos comparar o reajuste de valores destinados ao custeio da soja, para produtores com uma produtividade de 1.700 kg/ha, e do milho, para rendimentos de 2.000 kg/ha, médias da Região Centro-Sul. Em relação ao primeiro desses produtos, o montante de crédito de custeio concedido às lavouras que apresentem aquela produtividade foi 82% maior, em 1979/80, do que no período anterior, enquanto que, no que diz respeito ao milho, o incremento foi de 66% (considerando-se para 1978/79 o financiamento máximo, ou seja, 60% do preço mínimo então vigente).

Desta forma, a área plantada com soja no país, em 1979/80, deve-se situar em torno de 8,6 milhões de ha, ligeiramente inferior à previsão inicial da CFP, de 8,66 milhões de ha, sendo que, no Paraná e no Rio Grande do Sul praticamente se mantém a área de 1978/79. É interessante notar que, pela primeira vez, houve um decréscimo, mesmo pequeno (-4% segundo dados da FIBGE) na área semeada no Rio Grande do Sul. Tal fato reflete uma relativa desconfiança dos produtores, depois de dois anos de quebras consecutivas, pois o estado foi uma das áreas mais atingidas pela estiagem e suas lavouras de soja apresentaram o mais baixo rendimento de todas as regiões brasileiras que cultivam a leguminosa (816 kg/ha, ainda segundo dados da FIBGE).

Nos demais estados, a expansão da soja se deu em detrimento do algodão ou, então, nas áreas recém-incorporadas à exploração agrícola, como ocorreu no Mato Grosso do Sul, ela ocupou o lugar do arroz.

No que diz respeito à produtividade das lavouras, a expectativa é de que se recuperem os rendimentos "normais" das safras anteriores às duas últimas frustrações. No caso da soja, esses rendimentos já são bastante altos, mesmo se comparados com os obtidos nos EUA, por exemplo. Aquele país conseguiu, num ano excepcionalmente bom, como foi o de 1979, 2.120 kg/ha em suas plantações da leguminosa. A média dos rendimentos da soja norte-americana nos cinco anos anteriores a 1979, foi de 1.848 kg/ha enquanto que, no Brasil, costuma-se obter algo acima de 1.700 kg/ha.

As possibilidades com relação à safra 1979/80 são de que se consiga colher entre 1.670 e 1.730 kg/ha, segundo dados divulgados pela FIGBE e pela CFP. O que invalida o extremo mais otimista desta avaliação, até o momento, é o atraso com que o plantio foi efetuado no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e na região Centro-Sul do Paraná, tendo-se perdido o melhor período para o plantio das variedades precoces. Além disso, houve alguns problemas de erosão, principalmente no Oeste paranaense e no Rio Grande do Sul que, se não chegaram a comprometer os rendimentos da atual safra, representam sérios danos a longo prazo. As práticas de terraceamento e o emprego de curvas de nível, ainda não suficientemente difundidos entre os produtores, quando executados de maneira correta, diminuem sensivelmente essas perdas.

A contrabalançar esses entraves iniciais, nas regiões mais ao Sul tem-se observado um bom desenvolvimento das lavouras onde a soja é plantada mais cedo. Num ano em que as sucessivas projeções de custos de produção foram sendo ultrapassadas, em razão de aumentos substanciais nos preços dos insumos, o clima tem colaborado na redução das despesas dos agricultores, que não necessitaram lançar mão dos chamados

"insumos modernos" com a mesma ênfase de safras passadas.

Segundo dados do Departamento de Economia Rural (DERAL) do Paraná, de maio de 1979 a outubro do mesmo ano, as projeções do custo total variável, para a produção de soja naquele estado, foram aumentadas em 27%, sendo que os maiores destaques, em termos de majoração, foram os fertilizantes (36%) e os corretivos agrícolas (cujos preços subiram 68%). Além disso, uma comparação entre o Valor Básico de Custeio para lavouras com rendimentos acima de 2.000 kg/ha (caso do Paraná) e os primeiros custos de produção calculados pelo DERAL apresentou uma defasagem de 8%, à época da divulgação do VBC. Em setembro de 1979, essa defasagem já se situava em 37%. Desta forma, é possível que o agricultor, para conviver com altas inesperadas nos preços, tenha remanejado os recursos à sua disposição o que, em tese, implica menores atenções aos tratos culturais.

O comportamento do clima, até o momento, pelo menos, parece ter compensado eventuais perdas, ocasionadas pelos fatores apontados anteriormente. No entanto, com relação a esta variável — clima — os riscos ainda não estão completamente afastados, principalmente levando-se em conta que a tendência ao plantio de apenas um único tipo de variedade (as variedades precoces) nas lavouras de soja vem-se acirrando. Do total das disponibilidades de sementes da leguminosa, em 1979, mais de 50% eram variedades de ciclo precoce. O plantio de um só tipo torna as lavouras extremamente vulneráveis, não só a períodos de escassez de umidade, como, também, a pragas ou doenças que, eventualmente, venham a atacá-las.

Os dados até agora disponíveis apontam para um desfecho satisfatório, em termos de produção, da safra brasileira de soja. Sendo assim, tomando-se a área plantada ora estimada — 8,6 milhões de hectares — e uma produtividade de 1.700 kg/ha, bastante razoável, chega-se a uma produção de 14,6 milhões de t, a maior já obtida no país. Descontadas as reservas para sementes e as perdas ocasionais (1 milhão de t, ambas) ter-se-á uma disponibilidade de 13,6 milhões de t de grãos, que só não serão integralmente absorvidas pelo parque moageiro interno porque, recentemente, foi liberada uma quota de exportação de soja "*in natura*" de 1 milhão de t, com o intuito de atender a "clientes tradicionais". O aumento dessa quota aparenta ser bastante improvável, na medida em que, com a legislação em vigor, o grão é, no complexo, o componente que paga a maior alíquota do Imposto de Exportação (12% sobre o valor FOB, enquanto que o farelo paga 10% e o óleo 8%) o que, sem dúvida, funciona como estímulo para a exportação dos derivados.

Além disso, a moagem de 13,6 milhões de t ocuparia apenas 76% da capacidade nominal instalada de esmagamento e, por isso mesmo, a disputa pela matéria-prima (grão) vem-se desenvolvendo de maneira acirrada, com cooperativas e indústrias realizando adiantamentos aos agricultores, a título de se garantirem quanto ao suprimento do produto. Se for esmagado o volume suposto acima, serão geradas 10,6 milhões de t de farelo e 2,4 milhões de t de óleo. As disponibilidades para exportação de farelo deverão situar-se em torno de 8 milhões de t, enquanto que as de óleo não ultrapassarão a marca de 1 milhão de t.

A situação do mercado internacional, por sua vez, não aponta para a repetição de uma conjuntura favorável, em termos de preço, para os produtores brasileiros, como ocorreu na estação anterior. Mesmo assim, é recomendável alguma cautela na liberação das quotas de exportação da soja e derivados, para que se evite prejudicar o abastecimento interno, principalmente no que diz respeito ao óleo, no ano comercial entrante. ●

PANORAMA AGROPECUÁRIO

DE 16/1 A 29/1

MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Comportamento dos futuros
4º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 mar	80 mai	80 jul	80 set	80 nov	81 jan	81 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	-54%	-14%	18,98 (mar)					+1%		+3%	➡	Tendência altista é atenuada pela expectativa de que a Organização Internacional do Açúcar libere parte de seus estoques de emergência, caso o preço médio mantenha-se acima de US¢ 19/lb, durante 15 dias consecutivos.
ALGODÃO 1-1/16"M-Memphis MERC.–N.YORK US¢/lb–peso Fontes: Reuters	-12%	-11%	75,73					+5%		+3%	↗	Forte demanda para o produto norte-americano sustenta o mercado de algodão.
CACAU BAHIA MERC.–N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	+26%	+3%	136,19 (mar)					+2%		+7%	➡	Início das vendas por parte da Costa do Marfim deverá ser compensada por política de sustentação de preços, a ser estabelecida pela Aliança dos Produtores de Cacau, em sua reunião de fevereiro, em Gana.
CAFÉ SANTOS MERC. – N.YORK US ¢/lb–peso Fontes: Reuters	-17%	+16%	166,30 (mar)					+4%		+6%	➡	– Importadores continuarão a forçar queda de preços, objetivando obrigar IBC a definir política de vendas com maiores descontos. – Grupo de Bogotá voltou a comprar em Londres e Nova Iorque

*** Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição nominal um mês antes	Posição da última quinzena	Posição Nominal de Futuros 80 mar	80 mai	80 jul	80 set	80 nov	81 jan	81 mar	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	-1%	+6%	245,56	+4%						+30%	➡	– Safra recorde dos EUA estimada em 197 milhões de t e o recente embargo ampliam estoques do país. – Exportações devem crescer 7% nesta temporada; governo norte-americano poderá ampliar seus programas de reserva, reduzindo a oferta.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	+17%	+1%	631,31	+5%					+19%		↘	Estoques americanos 27% superiores em relação ao mesmo período do ano anterior representam fator de baixa das cotações.
SOJA FARELO MERC. – CHICAGO US$/T. Fontes: Reuters	+7%	0%	185,94	0%					+10%		↘	Segundo o semanário "Oil World", a URSS deve adquirir na temporada 1979/80 cerca de 1 milhão de t deste produto.
TRIGO SOFT RED MERC. – CHICAGO US ¢/bushel Fontes: Reuters	-10%	-4%	442,83	+2%					+15%		↘	Menores disponibilidades canadenses e significativo aumento das exportações argentinas configuram um aquecimento da demanda pelo cereal.

* Valores deflacionados pelo IPA norte-americano, do INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS – FMI

Agroanalysis, 4(2): 24-29, fevereiro 1980

MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA
Sugere-se que a leitura obedeça a seguinte ordem:
1º – Posição da última quinzena
2º – Comparação percentual com o passado (Posição de um ano antes e Posição de um mês antes)
3º – Perspectivas dos próximos 30 dias com seus respectivos fatores ponderáveis.

PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real* um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	+29%	+7%	702,28	↘	Início da colheita da safra paranaense, conjugado com reduzidas compras das indústrias, esfria o mercado.
ARROZ Amarelão-Est.Cen. MERC.–SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-22%	+7%	1.250,00	→	Tabelamento e ameaça de confisco de possíveis estoques especulativos geram efeitos psicológicos capazes, possivelmente, de desaquecer cotações.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	+8%	-1%	3.165,00	↘	A partir de 1º/2 vigorará preço de garantia de Cr$ 4.200,00/sc 60 kg.
BOI GORDO – MERC.–Pres.Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA–SP	-11%	+2%	1.080,00	→	Retração do consumo é responsável, mais do que a entrada da safra, pela estabilidade e, mesmo, queda dos preços.

*** Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV**

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudança, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

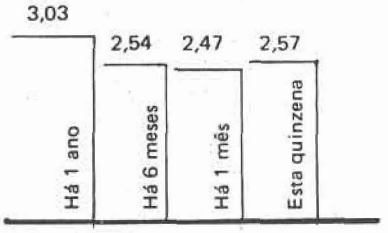
PREÇO / PRODUTO	Posição real* um ano antes	Posição real * um mês antes	Posição da última quinzena	Perspectivas dos próximos 30 dias	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Preto Comum MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP			NOMINAL	➡	Em SP, mercado de feijão de cores estável e bem abastecido. No Grande Rio, feijão preto tabelado a Cr$ 23,60/kg no varejo.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	-8%	-13%	32,90	➡	Escalada do preço da ave deverá sofrer arrefecimento a partir de possíveis movimentações baixistas no mercado bovino.
MILHO Amarelo Semi-duro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-30%	+4%	327,50	➡	Entrada gradativa do produto da safra 1979/80 deve aliviar pressão de demanda sobre o cereal.
SOJA-GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	-4%	+4%	504,00	➡	Moagem de 8,55 milhões de t de grão, no período de março a dezembro de 1979 demonstra o esgotamento das disponibilidades internas.

* Valores deflacionados pelo IGP, col. 2, CONJUNTURA ECONÔMICA – FGV

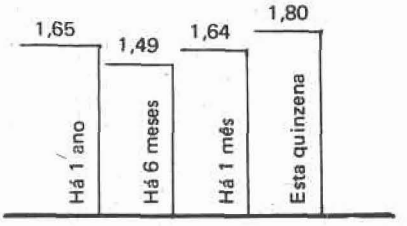
Agroanalysis, 4(2): 24-29, fevereiro 1980

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

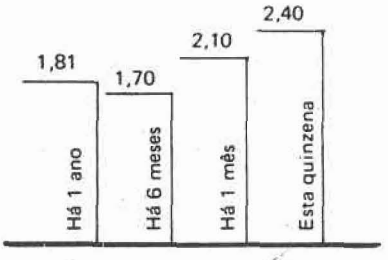
Soja / Milho



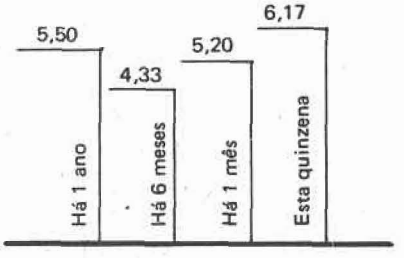
Trigo / Milho



Algodão / Soja



Algodão / Milho

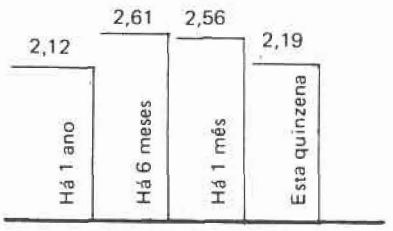


FONTES – Algodão: Reuters, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Reuters, Commodity Year Book.

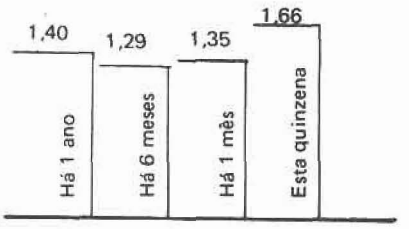
NOTA: As conseqüências do embargo norte-americano às exportações de grãos à União Soviética ainda se fazem presentes no desenvolvimento das operações com *"commodities"* na Bolsa de Nova Iorque, em que pese o movimento geral de recuperação de preços. Ainda assim, as cotações da soja e do milho, esta quinzena, são inferiores em 1,4% e 5,2%, respectivamente, aos níveis vigentes há 1 mês atrás. O preço relativo soja/milho atual superou o limite 2,5, considerado o ponto de indiferença na opção dos agricultores norte-americanos, entre plantar soja ou milho. A perdurar essa situação, poderá ocorrer uma transferência de áreas do cereal para a leguminosa. *** Já o mercado de trigo recuperou-se totalmente do período de baixa decorrente do embargo e mostra, esta quinzena, um crescimento de 4,2% sobre a posição de um mês antes. Tal fato resultou da disposição do governo dos EUA em retirar do mercado 4 milhões de t do produto, destinando-as ao programa de reservas. Por outro lado, estima-se uma redução dos estoques canadenses e uma menor colheita do cereal pela Argentina. A recuperação do mercado tritícola, somada à queda do preço do milho, estabeleceu, no período considerado, um aumento de 9,8% na relação de preços trigo/milho. *** Por sua vez, o preço relativo algodão/soja revela, esta quinzena, uma expressiva elevação de 14,3% sobre o posicionamento do mês anterior. Além da referida queda de preços no complexo soja, ganha destaque a continuidade do movimento ascendente das cotações do algodão na Bolsa de Nova Iorque. O mercado da fibra vem sendo bastante influenciado pelas renitentes especulações no mercado de metais, paralelamente a uma gradativa *redução nas reavaliações dos estoques norte-americanos do produto. Como influência de médio prazo, destacam-se*, ainda, as perspectivas de estagnação, na temporada 1979/80, da colheita dos principais produtores mundiais, afora os EUA. *** O preço relativo algodão/milho denota um movimento altista ainda mais acentuado: 18,7%, esta quinzena, em comparação ao nível de há 1 mês atrás. A despeito de os EUA deterem aproximadamente 70% do comércio exterior de milho, os preços do produto encontram, na magnitude da produção norte-americana, o maior obstáculo a sua volta aos níveis que antecederam o recente embargo.

PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

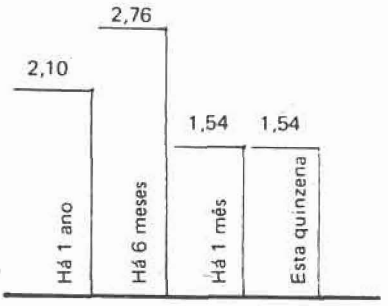
Boi Gordo
Frango Vivo



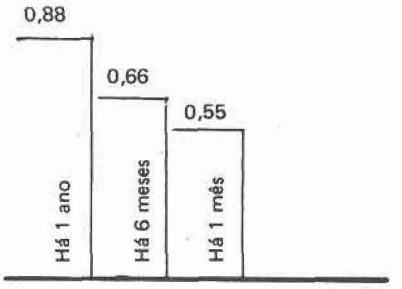
Frango Vivo
Ração Ave Corte



Soja
Milho



Feijão Preto
Feijão a Cores



FONTES – Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Abatido e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agric. SP e APA. Feijão Preto, Feijão a Cores, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

*** Os significativos aumentos que vêm caracterizando o preço do frango vivo (93,2% desde há 1 ano) em boa parte refletem o paralelismo existente entre os mercados avícola e bovino, expresso na substituição, cada vez mais acentuada, desta carne por aquela. Na presente quinzena, o preço relativo boi gordo/frango vivo registra valor 14,5% abaixo daquele de há 1 mês, o que pode ser explicado pelo fato de o incremento no preço da ave, no período, ter suplantado aquele do boi gordo, face à maior pressão exercida, pela demanda, no setor de carne de aves. *** A conjugação de um considerável aumento no preço do frango à manutenção, no mesmo período, do preço referente à razão para ave de corte, gerou ampliação do índice de lucratividade do setor avícola. Estima-se que cerca de 70% do custo de produção do frango se devem a despesas com o arraçoamento. Observe-se que, enquanto há 6 meses, o preço da ração equivalia a 31% do preço da ave viva, na presente quinzena esta equivalência não ultrapassa a 24%. *** Mantém-se, esta quinzena, o preço relativo soja/milho: as limitadas movimentações do mercado da leguminosa (atualmente em poder das indústrias) ditaram-lhe apenas um incremento de 2,9% em relação ao posicionamento de há um mês atrás. Por seu turno, ganho semelhante (2,7%) foi observado, no período, no preço do milho, cereal cuja colheita ora se inicia em alguns estados da região Centro-Sul. Explica-se, dessa forma, a inalterabilidade do preço relativo soja/milho atual em comparação àquele de há um mês antes. *** Embora o mercado de feijão a cores, em São Paulo, venha apresentando tendência à normalização, permanecem suspensas as cotações do feijão preto, variedade bastante escassa naquele centro consumidor.

Agroanalysis, 4(2): 24-29, fevereiro 1980

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 com pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social, e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 – Caixa Postal: 9.052 – ZC-02
Tel: 266-1512
CEP: 20.000 – Rio de Janeiro – RJ

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Carlos Medeiros Silva, Eugenio Gudin, José Joaquim de Sá Freire Alvim, Isaac Kerstenetzky e Octávio Gouvêa de Bulhões.

CONSELHO CURADOR
Presidente: Maurício Nabuco
Vice-Presidente: Alberto Pires Amarante
Membros: Aldo Batista Franco, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Netto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cesar Reis de Cantanhede e Almeida. Estado de São Paulo –, representado por: Murilo Macedo, Francisco Montojos, Heitor Campello Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, João Carlos Vital, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José de Nazaré Teixeira Dias, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rafael da Silva Xavier, Rubens D'Almada Horta Porto e Theodoro Arthou.

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Membros: Eugenio Gudin, Angelo Jorge de Souza, Janes Angelo de Souza, Julian Magalhães Chacel e Mário Henrique Simonsen.
Assessor de Direção: Jorge Kingston

DEPARTAMENTO DE ENSINO
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Carlos Geraldo Langoni

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS
Diretor: Julian Magalhães Chacel

Divisão de Contabilidade Social
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais – Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais – Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais – Eden Gonçalves de Oliveira

Divisão de Estatística e Econometria
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas – Silvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica – Roberto Maia de C. Abib
Centro de Processamento de Dados – Eugenio Decourt



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 – 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL